

Timor e a Língua Portuguesa no seu Projecto Educativo

Mariette Bolina*

Com os meus agradecimentos ao Conselho Directivo da Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, na pessoa da sua Presidente, pelo convite que me foi feito, começo por manifestar a minha enorme alegria por poder estar aqui, hoje, nesta casa, agora já não na qualidade de docente, mas continuando, ainda, a sentir-me parte integrante desta comunidade académica e, portanto, com a mesma vontade de partilhar ideias e sentimentos convosco, caros amigos, colegas e alunos¹.

Esta alegria de hoje, é, no entanto, um pouco ensombrada pela recordação da nossa colega e minha querida amiga, Margarida Fernandes, mulher brilhante mas discreta, empenhada tanto social como profissionalmente, a quem dedico esta conferência, que, como foi anunciado, é sobre Timor-Leste e a língua portuguesa no seu projecto educativo.

Esta minha intervenção tem duas grandes finalidades: a primeira, dar a conhecer alguns aspectos da realidade actual deste novo país e a segunda, procurar suscitar em cada um de vós, um novo interesse por esta nação que, ainda frágil e carenciada de apoio, se prepara para grandes desafios em termos educacionais.

Como todos sabem, a Língua Portuguesa, em parceria com o Tétum, foi consagrada na Constituição de Timor-Leste como língua oficial.

O texto que preparei para a nossa “conversa”, apesar de ter por base uma vasta recolha de informação documental, é, sobretudo, o fruto de uma gratificante experiência profissional e pessoal, como coordenadora, e também, como docente, num Curso de Formação de Professores de Português, na UNTL, Universidade Nacional de Timor-Leste, em Díli.

Este curso de licenciatura bi-etápica, que se iniciou em 2000/2001, com a entrada de cerca de 65 alunos, terminou a sua primeira fase, em inícios de Dezembro passado, com a saída de 26 bacharéis formados em língua portuguesa. A formação destes primeiros professores timorenses, como muitos dos presentes sabe, faz parte de um Programa de cooperação mais amplo que decorre naquela Universidade, sob a coordenação geral da FUP, Fundação das Universidades Portuguesas,

* Docente e Coordenadora do Curso de Formação de Professores de Português da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL). Docente aposentada da Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve.

em que colaboram todas as Universidades e Politécnicos Portugueses.

Que me perdoem, portanto, se, pelo meu envolvimento nesse projecto, algumas das minhas afirmações estiverem eivadas de alguma subjectividade. Cada vez acredito mais, que, mesmo que reclamemos total objectividade para os nossos trabalhos, a nossa mais profunda subjectividade estará neles espelhada, ou seja, a nossa marca pessoal está presente em tudo o que nós fazemos e dizemos.

Posto isto, passarei ao desenvolvimento da minha intervenção através de três pontos:

No primeiro, farei um abrangente retrato de Timor, focando, sobretudo, aspectos da sua Geografia e Povo, História e Cultura, Religião e Língua.

No segundo, apresentarei algumas das linhas do seu Projecto Educativo, nomeadamente as que se relacionam mais directamente com a instituição da Língua Portuguesa como língua de uso à escala nacional e, portanto a língua de instrução no sistema educativo.

No terceiro ponto, falarei sobre a complexa situação do seu actual contexto linguístico e educativo e dos seus antecedentes, destacando algumas das iniciativas que não só contribuem para o global desenvolvimento de Timor, mas que, sobretudo, promovem uma maior qualidade do ensino em geral e, muito especialmente, do ensino/aprendizagem da língua portuguesa.

Contextualização – Geografia e Povo, História e Cultura, Religião e Língua

Começo, então, pelo breve “retrato” de Timor perspectivado pela sua geografia e situação histórico-política e sócio-cultural.

A Geografia e o Povo

Timor-Leste, ou Timor Loro-Sa'e, está situado na Ilha de Timor. Cerca de 2/3 desta ilha são ocupados por este País, sendo o restante espaço pertença da República da Indonésia. A superfície de Timor totaliza cerca de 19.000 km², o que corresponde a mais ou menos 1/6 da área de Portugal.

O clima de Timor, com duas estações definidas pelo regime de monções – a época seca (Junho a Outubro) e a das chuvas (Novembro a Maio) - não apresenta grandes variações de temperatura. Contudo, em função do grau de precipitação das chuvas, temperatura média anual e altitude, podem, aí, identificar-se três regiões climáticas distintas: A zona norte e a zona sul com um clima mais seco, com temperaturas que se situam, aproximadamente, à volta, e quase sempre acima, dos 23/24 graus, e a zona montanhosa, mais central, que apresenta uma maior densidade pluviométrica e temperaturas mais baixas.

Como o mapa revela, este novo País estende-se por uma faixa estreita (cerca de 75 Kms. de largura) e o seu comprimento também não ultrapassa os 280 kms.

País essencialmente rural, tem como principais cidades, Díli, a capital, e Baucau, com uma distância, entre elas, de cerca de 120 km, que correspondem, agora, a cerca de três horas de automóvel. Estas cidades, ainda que bem diferentes entre si, distinguem-se de todas as outras, designadamente, pelo seu desenvolvimento, organização e condições de vida. Díli, a capital e sede das elites timorenses, com um clima quente e húmido, que aspira a ser a grande urbe do País, mas que exhibe todos os problemas inerentes ao crescimento rápido e desordenado de uma cidade, neste caso, a partir do caos. Baucau, cidade com um melhor clima, eventualmente mais conservadora, tranquila e provinciana, de crescimento menos rápido e mais controlado.

Apesar das curtas distâncias entre os lugares deste país, pela natureza montanhosa do seu solo e a quase ausência de obras de arte nas suas estradas, cujo mau estado se tem vindo a agravar cada vez mais, percorrer este belíssimo País, para além de ser uma experiência única e comovente, é, no mínimo, uma tarefa que requer tempo e perícia de condução, direi mesmo, requer alguma coragem e capacidade de resistência.

Timor é, de facto, um País com uma natureza muito variada, ainda em estado puro, com paisagens impolutas e absolutamente deslumbrantes. Temos montanhas de vegetação cerrada e declive acentuado, abrigos da luta da resistência contra a Indonésia, onde ainda pairam os seus ecos de dor, temos planuras a perder de vista e uma longa costa, por vezes rochosa e escarpada, por vezes a morrer em areais beijados por um mar generoso, que nos enche os olhos de tão lindo, em muitos e subtis azuis, de azul ferrete a azul esmeralda, de lápis-lazúli a azul-turquesa.

A sua flora, riquíssima, é luxuriante, principalmente na época das chuvas. Há a teca, o pau-rosa, os bambus e, sobretudo, os cafezeiros luzidios, que crescem livremente sob a protecção das suas grandes e portentosas “madres”, árvores, muito altas, que dão a sombra e a luz necessárias à floração destes arbustos; e temos palmeiras verdíssimas e elegantes coqueiros a esgueirarem-se, altivos, para o céu, fartos de frutos. Nas planuras, exibem-se largos campos de milho, de tabaco, de caju e de sisal e grandes arrozais em socalco. Infelizmente, o cobiçado sândalo, que foi, em tempos, fonte de riqueza ávida e descontroladamente explorada, é hoje quase raro.

E Timor tem outros recursos naturais importantes, tais como minério de cobre, gás natural e petróleo, aparentemente em quantidade, cuja exploração tem sido objecto de muitas delongas e disputas, a que, porventura, os interesses dos vizinhos australianos não são alheios...

E depois... depois, Timor revela-se principalmente na sua gente, que, na sua grande maioria, vive fora de zonas urbanas. Povo tímido e simples, sorridente e amável no convívio, verdadeiramente hospitaleiro, que, na sua esmagadora maioria, vive um quotidiano despojado de confortos básicos, tais como, água potável, por exemplo. Todavia, esta gente, de uma enorme dignidade e coragem, parece ter

capacidade para continuar a suportar passiva e resignadamente a sua afrontosa e quase absoluta pobreza, pobreza, que no meu entender, é quase inexplicável, pelos continuados e generosos apoios que Timor tem recebido nestes últimos 4 anos...

História e Cultura

Como sabemos, Timor viveu desde o século XVI, portanto mais de 400 anos, em regime colonial sob a soberania dos portugueses, com um curto interregno de ocupação japonesa durante a II Guerra Mundial (1942 a 1945).

No período que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, em que as palavras de ordem em Portugal eram as de autodeterminação para os povos colonizados e de imediata retirada das colónias, Timor sentiu os ventos da libertação e organizou-se politicamente com a criação dos três partidos da altura, a UDT, a FRETILIN e a APODETI.

Após o abandono da colónia, por Portugal, foi a FRETILIN, partido maioritário no actual governo, que, a 28 de Novembro de 1975, proclamou a independência de Timor. Nascia então, a República Democrática de Timor-Leste. Porém, logo após 9 dias da proclamação da independência, o território de Timor foi invadido pela República da Indonésia e tornou-se, durante 24 anos, numa pobre e maltratada província deste país, a sua 27^a. Província.

O período de colonialismo português terminava e iniciava-se o período do neocolonialismo indonésio.

Estes dois modelos de colonialismo, apesar de serem ambos centrados no domínio do outro e, conseqüentemente, de se revelaram pouco interessados na efectiva promoção do seu bem-estar social e desenvolvimento, parecem, no entanto, diferenciar-se, principalmente, nas práticas de aculturação que adoptaram. Com efeito, portugueses e indonésios tiveram diferentes posturas de respeito ou tolerância em relação às tradições e valores culturais do povo colonizado: O nosso modelo colonialista, o “modelo português,” teria sido, eventualmente, mais flexível e compreensivo, ou tão somente mais passivo, enquanto que o indonésio teria sido mais rígido e dominador, portanto, mais activamente orientado para o aniquilamento da cultura local.

Porventura, estes factos, entre muitos outros dum passado muito mais recente, que eventualmente mereceriam a atenção de sociólogos, poderão justificar a admiração e o especial carinho dos timorenses, por Portugal e pelos portugueses, sobretudo por parte das pessoas mais velhas, aquelas que nasceram, cresceram e se educaram durante o último período colonial português.

Segundo a jornalista australiana, Jill Jolliffe, que tanto tem escrito sobre Timor, os timorenses, mesmo antes da chegada dos portugueses, no século XVI, já desenvolviam uma cultura muito própria e uma identidade diferenciada de outros povos seus vizinhos num interface entre as culturas melanésia e papua e asiático-malaia.

Com uma organização tradicional e comunitária, centrada, fundamentalmente, numa agricultura de subsistência, de que ainda hoje há vestígios, ainda que simbólicos, estruturava-se hierarquicamente, por “reinos” liderados por régulos ou “liurais”. Estes reinos desdobravam-se, por sua vez, em sucos e os sucos em povoações e as povoações em famílias, com os seus correspondentes chefes. Na estrutura actual, desapareceu a figura do régulo mas continua a haver uma similar linha hierárquica e administrativa, se bem que com outras designações.

Povo de tradições guerreiras, em que os valores do risco e da força física do mais forte sempre foram apreciados (ULTRAMAR, 965, 31), muito deram que fazer aos colonizadores, designadamente, primeiro aos portugueses, com a expulsão do seu 1.º Governador, no século XVII (1697) e, muito mais recentemente, como sabemos, aos indonésios.

Estas tradições de força e de luta, direi mesmo de alguma violência, reflectem-se no quotidiano, ainda hoje, designadamente nos seus jogos, trajes e objectos usados pelos homens em cerimónias, ritos e festas associados a ocasiões especiais, às quais os timorenses são particularmente fiéis.

A sua literatura e arte e, sobretudo, o seu folclore, em que as festas, danças e cantares têm um papel relevante são de uma enorme riqueza e diversidade. Infelizmente estas manifestações, ainda pouco estudadas e divulgadas, revelam tradições ancestrais interessantíssimas, que têm passado de geração em geração, por processos de transmissão e de socialização, sobretudo no seio das famílias, principalmente através da palavra oral.

As famílias, em Timor, constituem um verdadeiro núcleo de toda a sociedade. Com efeito, para o timorense, ser membro de uma família implica para além do culto dos seus antepassados, uma teia muito complexa de laços entre parentes, obrigando ao cumprimento de um sem número de regras de convivência mútua, que ainda hoje mesmo se mantêm de um modo absolutamente incontornável.

Religião e Língua

A sua religião tradicional é Animista, ou seja, é uma religião em que se considera que todos os fenómenos naturais são detentores de uma alma, os quais, se podem tornar mais ou menos propícios ao homem, através de práticas mágicas, como por exemplo, sacrifícios rituais e oferendas, e inclui, como já referido, um culto fervoroso pelos antepassados, de que cada família é a continuidade viva. Assim, como é referido num Manual de Língua portuguesa como Língua Estrangeira de 2001/2002, do Instituto Camões, “o timorense acredita que o seu presente é o prolongamento dos seus antepassados e o seu tempo de vida há-de prolongar-se para além da morte”.

Nalguns dos sucos, que lembro serem grupos de povoações, existem casas sagradas, as uma lulik, local onde se guardam os objectos-relíquia respeitantes à

história da comunidade e que é dirigida pelo rai-lulik, normalmente, uma pessoa muito respeitada, uma espécie de sacerdote.

No longo e conturbado processo de luta contra o país invasor, a Indonésia, país maioritariamente muçulmano, e a correspondente tentativa de neo-colonialismo por parte deste, a Igreja Católica assumiu sempre um papel decisivo na defesa e preservação da cultura e identidade de Timor, nomeadamente ao traduzir a liturgia em tétum, a língua predominante de Timor.

Através duma estratégia perseverante e concertada, assente nomeadamente na tolerância e ou compreensão de certos ritos animistas e do culto dos mortos e, até, de compreensão de práticas sócio-culturais como a poligamia, esta Igreja deu um contributo fundamental para não só o reconhecido sucesso da luta e resistência timorense contra o invasor, como também para a manutenção de uma matriz europeia e portuguesa nas elites culturais de Timor, através do ensino, em Português, nas suas escolas até inícios dos anos 90.

Contudo, apesar desta enorme e poderosa influência da Igreja católica, a matriz religiosa tradicional timorense tem persistido e, consequentemente, está presente, em justaposição ou em subtil sincretismo com a religião católica em variantes diversas, direi mesmo, nalguns casos, numa estranha e complexa mestiçagem. Efectivamente, quem percorre o País, encontra muitas marcas deste sincretismo religioso, nomeadamente em oferendas de chifres de búfalo colocadas perto de igrejas, como em Maubisse, por exemplo, ou em sepulturas, misturadas com símbolos religiosos, como a cruz.

Actualmente, não obstante muitos dos mitos, lendas e ritos que povoam o imaginário dos timorenses, nomeadamente a lenda que narra a origem da ilha de Timor pela transformação de um velho crocodilo sonhador, cansado e agradecido pelo gestos de um humano², a crença em almas penadas e bruxos e o culto de objectos, plantas e animais mágico-religiosos com poderes sobrenaturais, tais como pedras, árvores, espadas, enguias ou cobras pretas, crenças atrás já referidas, e muitos ritos associados a estes cultos, a esmagadora maioria da população timorense considera-se católica, direi mesmo, até, católica praticante.

No entanto, esta identificação religiosa, tão alargada, (cerca de 90% de católicos) muito terá a ver com a adesão de grande parte da população timorense aos movimentos de libertação do período de luta com a Indonésia que, ao que sabemos, muito apoio, liderança e protecção receberam da Igreja Católica. De facto, esta Igreja era minoritária em Timor, até ao período de ocupação indonésia (só cerca de 30%).

O Bispo de Baucau, a segunda diocese do País, numa entrevista à Visão, em 2002, ilustra este sincretismo religioso a que aludi e, dá força ao que acabo de afirmar quando diz (e eu cito) que se os timorenses “são na prática, católicos por convicção”, “ao nível de iluminação espiritual” ainda há “um longo caminho por percorrer”.

A população de Timor, segundo dados obtidos através do Relatório da Missão Técnica a Timor-Leste de 2002, rondava os 850.000 habitantes. Outras fontes, por exemplo, podem apresentar números um pouco diferentes, como por exemplo, o relatório do Programa das Nações Unidas (PNUD), que apresenta 830.000.

A observação da pirâmide etária mostra claramente que a população, cuja esperança de vida ronda os 57 anos, é predominantemente jovem e com um acentuado número de crianças, jovens e adolescentes. Apesar das elevadíssimas taxas de mortalidade infantil, a grande maioria da população terá seguramente menos de 18 anos.

Noutro meu trabalho anterior (Bolina, 2000), perante a ausência de dados, mas em função de opiniões recolhidas em Timor por informantes privilegiados dos Serviços de Educação, afirmei que a taxa de analfabetismo da população residente de Timor, seria superior a 70%. Contudo, dados mais recentes, do Banco Mundial e da PNUD atribuem o nível de iliteracia da população com mais de 15 anos à volta de 50%.

Sem discutir o conceito de literacia aqui subjacente, parece-me ser este número excessivamente optimista. O que julgo poder afirmar, sem sombra de dúvidas, é que a taxa de analfabetismo é, efectivamente, muito elevada.

Esta população vive, quase na sua totalidade das actividades agrícolas e é, étnica e linguisticamente, muito heterogénea.

Entre as várias línguas existentes em Timor (cerca de meia dúzia) e seus muitos dialectos (mais de 30), o tétum, a outra das duas línguas oficiais, é a língua local que é mais difundida (82%), já que, segundo dados oficiais, em cada cinco pessoas 4 falam tétum.

A seguir, vem a língua malaia, a “bahasa” que é falada por cerca de 43% .

Como se verá melhor nos pontos seguintes, a Língua Portuguesa ainda tem uma implantação muito reduzida. Dados de organismos internacionais, de 2002, revelavam que só cerca de 5% da população falava português. Dados mais recentes (UNDP, 2004) confirmam que só uma 1 pessoa em cada 20 fala português. No que respeita ao inglês, as mesmas fontes revelam que só cerca de 2% da população fala essa língua.

Apesar dos dados não estabelecerem a relação de falante da língua portuguesa com a idade, julgo poder inferir-se que nesta baixa percentagem de falantes de português estará incluída uma faixa populacional mais idosa. Consequentemente, será na população mais jovem, ou seja, a que vai construir e consolidar o futuro desta nação, que incidirá a esmagadora maioria dos timorenses que não falam português.

Projecto Educativo e Língua Portuguesa

Sob o regime indonésio, o uso e o ensino do português foram progressivamente restringidos, tanto em casa como nas escolas, e acabaram por serem ex-

pressamente proibidos a partir de 1992. Apesar disso, muitos dos timorenses mais velhos, os que já falavam português a quando da invasão indonésia, continuaram, secretamente, a usar a nossa língua, entre muros e família, sempre que isso era possível, como uma forma de união e de resistência ao invasor, direi mesmo, como uma arma de defesa da sua identidade.

Como largamente divulgado entre nós, a língua portuguesa foi, desde o início do processo de restauração da independência de Timor, a língua escolhida para língua oficial. Esta opção foi determinada, entre outros factores, por factores culturais e históricos, talvez também, por factores afectivos, mas, principalmente para que se estabelecesse um traço claro de demarcação entre Timor e os seus vizinhos mais próximos, a Austrália e a Indonésia.

Apesar de alguma contestação, principalmente por parte da população mais jovem, educada na Indonésia ou mesmo em Timor, cuja língua é a “bahasa”, que receava perder oportunidades na vida social e política, este País abraçou a língua portuguesa e, como referi na minha introdução, a Constituição de Timor consagrou-a como uma das suas línguas oficiais, em igualdade com o tétum.

Nesta linha, nas opções políticas do Governo de Timor, a Educação assumiu um lugar de destaque, inscrevendo-se nelas, por isso, o objectivo prioritário de uma profunda mudança educativa, que, entre outros aspectos de formação, contempla a substituição da língua indonésia pela língua portuguesa em todo o sistema educativo.

Nesse sentido, foi elaborado e aprovado um plano que prevê que no ano lectivo de 2010/2011, todo o ensino não superior, isto é do 1.º ao 12.º ano, seja ministrado em Português.

Assim, pelo menos, de acordo com o discurso e as directrizes oficiais, em 2000/2001, todas as crianças que frequentavam os 1.ºs. e 2.ºs. anos de escolaridade iniciaram as suas aulas em Português. Assim sendo, desde então, de modo progressivo e sistemático, todas as crianças do 1.º ao 6.º Ano de escolaridade têm continuado a ter aulas em Português e, por isso, neste momento, todos os 6.ºs. anos de escolaridade estão a aprender e a comunicar, nas aulas, em Português.

Consequentemente, seguindo o mesmo plano teórico e raciocínio lógico, no próximo ano lectivo, todos os alunos do 1.º Ano do Ensino Pré-Secundário começarão as suas aulas usando a Língua Portuguesa como a língua de ensino.

Ao nível do Ensino Superior, pelo menos ao nível do ensino oficial, também se desenha uma ambiciosa estratégia de abraçar a língua portuguesa como língua de instrução a muito curto prazo.

Com efeito, o actual Reitor da UNTL considera ser essa uma medida de crucial importância para o desenvolvimento desta Instituição e, por isso, inscreve-a como medida prioritária na sua política prevendo começar a usar a língua portuguesa nos seus cursos regulares (os cursos da FUP representam um projecto à parte), nomeadamente na Faculdade de Educação, ainda antes de 2010/2011, data que,

como se viu, é aquela que foi estabelecida pelo MECJD, Ministério da Educação Cultura Juventude e Desporto, para o Ensino Secundário. Nesse sentido, todos os cursos daquela Universidade, nos seus primeiros e segundos anos, têm nos seus currículos a Língua Portuguesa. Por outro lado, com a intenção de se prepararem os actuais docentes da UNTL, que ministram aulas em “bahasa indonésia”, ou língua malaia, para enfrentarem a futura realidade linguística, prevê-se a ida de alguns deles para Portugal com o fim de aperfeiçoarem a língua portuguesa e, simultaneamente, desenvolverem novas competências académicas e profissionais, através de cursos de Mestrados e/ou Doutoramentos.

Como se depreende do exposto anteriormente sobre a fraca implantação da língua portuguesa no País, que lembro corresponder a cerca de 1 falante em 20 pessoas, este desígnio nacional da implementação do Português, à escala nacional, representa um gigantesco desafio.

A experiência mostra-nos que nem sempre as boas políticas e as decisões governamentais têm, na prática, a sua correspondência imediata. No caso de Timor, país que como sabemos, está a dar os primeiros passos na sua construção e se debate com dificuldades de variadíssima ordem, estas questões revelam-se de extrema complexidade.

Como se constata, a esmagadora maioria dos professores timorenses não é fluente em Português, ainda que frequente cursos de língua, oferecidos pelo Governo Português, através dos Serviços de Educação da sua Embaixada em Timor. Com efeito, alguns dos cerca de 4150 professores do Ensino Primário, ou seja, aqueles que, em princípio, já ensinam em Português, têm somente um domínio muito básico desta língua. Como se depreende, em consequência disso, muitas das crianças que estão neste momento a acabar o Ensino Primário apresentam enormes dificuldades na compreensão e expressão da Língua portuguesa.

Adicionalmente, verifica-se, também, que uma grande parte dos cerca de 1176 professores do Ensino Pré-Secundário não comunica em português, a língua que terá de usar na leccionação das suas respectivas disciplinas já a partir do próximo mês de Setembro ou Outubro de 2005.

A complicar esta já difícil situação, detecta-se, nalgumas escolas, principalmente em escolas do Estado, um ostensivo desinteresse pelos alunos e, até, algum desencanto pela profissão por parte de alguns dos docentes, que vêem o ensino como uma saída de emprego, ainda que mal pago, e não como uma carreira e projecto de vida em que é necessário investir em termos de envolvimento pessoal.

É neste contexto que o MECJD de Timor-Leste e o Governo Português, através dos Serviços de Educação da sua Embaixada em Díli, desenvolvem presentemente em todos os 13 distritos do País um programa de formação de professores, em serviço, localmente designado por “bacharelato”, que é precedido por um curso de língua portuguesa.

Este curso de emergência, em português, destinado à formação de professores de todos os níveis de ensino não superior, que corresponde a um período de dois

anos para o Ensino Primário e de três para o Ensino Pré-Secundário e Secundário, pretende melhorar algumas das competências dos professores nas áreas das diferentes especialidades necessárias ao plano curricular que está a ser elaborado para as escolas timorenses.

É ainda neste contexto que o MECJD de Timor-Leste e o Governo Português, através de um protocolo com a FUP e o ICA, Instituto Camões, entre outros projectos, estão empenhados na formação de quadros superiores, em Português, nomeadamente nas áreas das Ciências Agrárias, Informática, Electrotecnia, Economia e Gestão e Formação de Professores, no sentido de dar resposta a necessidades percepcionadas e a políticas educativas e linguísticas definidas pelo governo de Timor.

Como é evidente, todas estas iniciativas representam um contributo fundamental não só para o alargamento e a consolidação da língua portuguesa, mas também para a promoção da qualidade do ensino em Timor, a qual, segundo estudos internacionais, é muito baixa e, portanto necessita de aperfeiçoamento.

Contexto Educativo e seus Antecedentes

O sistema de ensino

Apesar dos trabalhos de numerosas e diferentes equipas internacionais de especialistas em desenvolvimento curricular, que, desde 2000, no âmbito de protocolos de cooperação, têm estado a trabalhar em Timor, não existe ainda, nem uma Lei-quadro para a Educação, nem sequer um currículo nacional aprovados.

O sistema de ensino antes de 1999, que reconhecidamente se regia por bons princípios nos documentos oficiais, mas que, na prática, se revelou desastroso, não difere muito do actual sistema em vigor. Ou seja, durante a ocupação indonésia, existia, como agora existe, uma rede de ensino público e de ensino privado, sendo este, à excepção de algumas pequenas escolas chinesas e muçulmanas, quase totalmente tutelado pela Igreja Católica. Os níveis de ensino correspondiam e, também correspondem hoje, a 6 anos para o Ensino Primário, seguidos de 3 para o Ensino Pré-Secundário e mais três para o Ensino Secundário.

O sistema organizava-se, também, como se organiza ainda, à volta de uma estrutura essencialmente pluridisciplinar e fragmentada, com um elenco de muitas disciplinas por ano de escolaridade, sobretudo nos cursos do pré-secundário e vocacionais. O Ensino Pré-Secundário, nalgumas escolas, tem cerca de 15 disciplinas no seu elenco curricular e no Secundário chega a atingir 18.

No tempo da ocupação Indonésia, como é lógico, a língua de instrução em todos os níveis de ensino e escolas, era a "bahasa". Actualmente, à excepção dos seis primeiros anos de escolaridade, as aulas continuam a decorrer em língua indonésia.

Em suma, as escolas, 4 anos depois da libertação, continuam, em linhas gerais, a seguir o currículo antigo, ou seja, o currículo da indonésia, com pequenas adaptações. Efectivamente, a grande diferença entre o currículo ensinado antes e este currículo de transição é a introdução da disciplina de Língua Portuguesa/língua segunda/língua estrangeira em todos os anos de escolaridade (à excepção do Primário) e a retirada da disciplina de “Pankasila”, a Moral da Nação indonésia, que era uma disciplina com um carácter ostensiva e abertamente endoutrinante para inculcar nos alunos, aos vários níveis, princípios e valores considerados pelo poder político de então como essenciais à formação do cidadão.

Não resisto a lembrar os 5 princípios da “Pankasila” já enunciados na minha “lição”, no dia da Universidade do Algarve (Bolina, 2000a), perante a recordação das atrocidades escrupulosamente planeadas e cometidas em Timor pelo regime que os defendia.

Os 5 princípios da moral indonésia são: Deus, Humanidade, Unidade Nacional, Democracia e Justiça Social.

Julgo que estes princípios parecem conter potencialidades para sustentar a construção social e política de um País e, consequentemente, enquadrar a formação de um bom cidadão. Só que, como já atrás referi, em Timor, esses princípios e práticas educativos não passavam de retórica oficial, ou seja, eles ficavam somente no papel.

O Ensino Superior, que foi criado só nos meados dos anos 80 e, portanto, no tempo da ocupação Indonésia, só funcionava em Díli. Ele incluía o Ensino Universitário do Estado, que se distribuía pelas Faculdades de Agricultura, Ciências Políticas e Sociais e Educação e Formação de Professores. Em 1998, este ensino do Estado foi complementado por uma Escola do Sector Privado, uma Escola Superior de Economia.

Actualmente, proliferam em Timor um sem número de universidades e institutos superiores privados, sobretudo em Díli e, ao que parece, de fraca qualidade, funcionando de modo muito básico e com falta de recursos de toda a ordem.

A única universidade oficial, a UNTL, a que já venho referindo, pelo facto de ser nela que funcionam os cursos que a FUP e o ICA coordenam e que são, como foi dito, leccionados em Português, por professores portugueses, oferece ainda muitos dos cursos criados pelos indonésios, que são, ministrados em língua malaia, mas que têm, agora, como referi, a disciplina de Português no seu elenco curricular, pelo menos nos seus primeiros dois anos.

O passado recente e os seus vestígios

Com os violentos tumultos de Setembro de 1999, logo após a comunicação dos resultados do Referendo que apontavam para a independência, seguidos da destruição de casas e edifícios públicos principalmente pelo fogo, e do consequente desmantelamento das estruturas administrativas e pedagógicas pelo abandono do Território de grande parte dos professores, funcionários públicos e alunos, o

Sistema Educativo, à semelhança de todas as outras estruturas de Timor, paralisou praticamente.

No ano lectivo que se seguiu a estes bárbaros acontecimentos, isto é, 1999/2000, as escolas fecharam salvo algumas excepções, nomeadamente algumas escolas da Igreja Católica, particularmente na zona de Baucau e até mesmo em Díli, que, mesmo com tremendas limitações físicas e, sobretudo humanas, abriram a suas portas à população em idade escolar.

O período de 24 anos de ocupação indonésia que entretanto terminara com a intervenção das forças da UNAMET em Setembro de 1999, foi-me descrito como um período de profunda desorientação e grande descalabro educativos.

Um dos meus informantes privilegiados classificou esse tempo (e eu cito) como “de grande pobreza, quer intelectual, quer moral”. Referindo-se particularmente aos anos 90, ele afirmava “que a degradação educativa se tinha acentuado, sobretudo ao nível do Ensino Secundário”. Os professores eram maioritariamente oriundos da Indonésia, ensinando, muitos deles, sem qualquer qualificação profissional e sentido de responsabilidade, sendo, até, por vezes, obrigados a aceitar a docência em Timor, por parte das autoridades indonésias.

Os alunos dos vários níveis do ensino, passavam de ano, sistemática e invariavelmente, sem serem sujeitos a avaliações minimamente credíveis e rigorosas e chorudos subornos a professores e funcionários públicos compravam diplomas e o acesso a bolsas para o Ensino Superior. Enfim, um profundo laxismo imperava nas escolas, principalmente nas escolas do Estado.

Deste estado de degradação educacional, com características perversas e perturbadoras, porque de efeitos duradouros, há ainda muitos vestígios, tanto ao nível das condições e organização das escolas como do comportamento e desempenho de docentes e alunos.

Com efeito, frequentemente, depara-se em Timor, sobretudo em escolas do Estado, com salas de aula com alunos sem a presença do professor, em que um aluno copia do manual de ensino, para o quadro, os seus respectivos conteúdos, enquanto os outros colegas copiam o que é escrito no quadro para os seus cadernos.

Verifica-se, ainda, entre outros aspectos menos abonatórios, que algumas aulas funcionam na base de horários lectivos que nem sempre correspondem ao que é oficialmente determinado, sobretudo nos últimos tempos dos turnos das escolas, em que é dado o toque de saída bem antes do tempo previsto para o encerramento das actividades.

Estes factos, nomeadamente o absentismo de alguns professores e alunos, não só são evidentes para quem trabalha nas escolas mas são também reconhecidos pelo poder político, que constantemente se desdobra em apelos à mudança de mentalidades e à responsabilização dos professores, como por exemplo, a própria Vice-Ministra da Educação, numa entrevista concedida ao Jornal “Semanário” de Díli, em 21 de Fevereiro de 2004.

Naturalmente que, neste panorama adverso em que se destacam as fracas condições das escolas e os pobres recursos do ensino, sem contar com os baixos salários dos professores, existem muitos e muitos professores empenhados no seu trabalho. Infelizmente, muitos destes docentes ensinam sem formação adequada e sem recursos que possam minimizar as suas lacunas científicas e pedagógicas, tais

como manuais e guiões de ensino e outros apoios bibliográficos.

Este estado de coisas, que qualquer simples avaliação diagnóstica evidencia, contribui para a reprodução de graves limitações e falhas nos conhecimentos e nas competências fundamentais dos alunos.

Nesta panóplia de problemas, julga-se, até, haver estudantes a frequentar o Ensino Secundário e até o Ensino Superior, com documentos de habilitação literária que não correspondem às aprendizagens que lhes são devidas e que, por isso, introduzem no sistema de ensino dificuldades acrescidas em termos de aproveitamento, sobretudo nos níveis de ensino mais avançados.

Efectivamente, com a grande parte, direi mesmo, com a quase totalidade dos documentos pessoais e arquivos das escolas queimados, foi possível obter, no período pós 1999, documentos de habilitação, pelo menos ao nível do Ensino Primário, Pré-Secundário e Secundário, com base numa ou mais assinaturas dos Chefes/Superintendentes de Educação do distrito de residência dos candidatos, muitas vezes, no mínimo, a partir da memória ou até dum vago conhecimento do percurso escolar do aluno em causa.

Obviamente que este conjunto de factores em interacção, entre outros, justificam de sobra os muitos problemas a resolver ou remediar a curto prazo, principalmente aqueles que dizem respeito a muitos dos aspectos do desenvolvimento pessoal do povo timorense.

Conclusão

Como se verifica, apesar dos esforços do Governo de Timor-Leste e dos muitos apoios internacionais de emergência recebidos nestes últimos quatro anos, onde se destaca o apoio de Portugal, o panorama educativo de Timor encontra-se ainda num estado de grande fragilidade organizacional, científica e pedagógica.

Apesar de se saber que a Educação é um investimento seguro para o futuro das sociedades, também se sabe que ela, em termos imediatos, não produz riqueza, nem resolve problemas humanos tais como a fome, o desemprego, a insalubridade, o sofrimento ou a doença...

Timor debate-se com todos estes problemas e os seus fracos recursos humanos e financeiros, dependem, no momento, em grande parte da solidariedade, cooperação e dádivas da comunidade internacional.

Como se depreende do quadro aqui traçado que, por razões de espaço e de tempo, é ainda parcial, é fácil prever as enormes dificuldades que haverá que ultrapassar para a efectiva concretização duma reforma tanto linguística como educativa num curto espaço de tempo.

Este desígnio nacional de substituir a língua indonésia pela língua portuguesa em todo o sistema educativo até 2010/2011, e, portanto, estender o uso desta língua a todo o Território, representa um gigantesco desafio para o povo de Timor.

Neste desafio que ocorre num contexto em que interagem múltiplos factores, alguns deles, como vimos, bem adversos, tais como a resistência a novas aprendizagens e o desinteresse por parte de alguns professores e funcionários públicos, é o povo de Timor que tem o principal papel. Contudo, os países lusófonos, que ajudam o país na sua reconstrução, têm aí um papel muito importante também.

O Governo de Portugal tem assumido as suas responsabilidades nessa cooperação e solidariedade em diversas áreas mas, principalmente e, em larga escala, na formação de professores, na divulgação e consolidação da língua portuguesa e na formação de técnicos qualificados que possam assegurar a manutenção das estruturas do país após a saída das equipas internacionais.

Mais uma vez os timorenses são chamados a um grande esforço colectivo que exige determinação e apego a uma causa. Eles já deram muitas provas de que são capazes de vencer situações difíceis. De novo, voltam a estar no limiar da realização do impossível, direi mesmo, quase no limiar de um “milagre”.

Como sabemos, os milagres, mesmo em terras de grande fé, como Timor, não abundam nos nossos dias e as preces que reconfortam, só por si, não chegam. É necessário, pois, unir esforços no terreno para pôr em prática, em várias frentes, políticas claras e firmes tendo por base o conhecimento do contexto.

Na frente educativa, deverão encontrar-se modelos de formação de professores que tenham em conta o equilíbrio entre a qualidade e a quantidade, entre o saber a língua e o saber ensinar conteúdos curriculares, usando a língua, entre o que se deseja fazer e o que é possível obter. Para além da formação em serviço de emergência que actualmente se faz, urge implementar modelos de formação inicial, em que a par de uma componente linguística de Português, haja uma forte componente científica, tão sólida e aprofundada quanto o seu público-alvo o permita, perspectivada por uma cultura de rigor e deontologia, de modo a preparar, de raiz, gente capaz e disponível para aceitar um compromisso de trabalho reflectido, continuado e sério, com as crianças e jovens das escolas.

Finalmente, em Timor e com Timor, é preciso ser-se persistente e paciente e, sobretudo, ser-se persistente na paciência.

Não nos devemos esquecer de que, em tudo, é preciso dar tempo, a esse grande regulador da vida e do mundo, o tempo.

Notas

¹ O presente texto constitui a base da conferência realizada na Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, em 5 de Abril de 2005, numa sessão de homenagem à Professora Margarida Fernandes.

² Lenda “O Crocodilo que se fez Timor”, da autoria de Fernando Sylvan in Cantolenda Maubere-Hananuk-nanoik Moubere – The legends of the Moubere. Lisboa. Fundação Austronésia Borja da Costa, 1988.

Referências bibliográficas

Agência Geral do Ultramar (1965). Timor: Uma Pequena Monografia. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
Bolina, Mariette (2000). Situação Educativa e Formação de Professores em Timor-Leste – Breve Diagnósti-

- co. Faro: Universidade do Algarve.
- Bolina, Mariette (2000a). Em Timor: Perplexidade, Dor e Encantamento. Faro: Universidade do Algarve.
- Expresso, Jornal (2000). Revista n.º. 1430, de 25 de Março.
- Expresso, Jornal (2002). Revista n.º. 1542, de 18 de Maio.
- Hull, Geoffrey (2000). Timor-Leste: Identidade, Língua e Política Educacional. Comunicação apresentada no Congresso Nacional do CNRT. Díli, Timor-Leste, Agosto.
- Instituto Camões (2001/2002). Manual de Língua Portuguesa como Língua Estrangeira. Lisboa: Instituto Camões
- Nogueira, Carlos A. S. (2000). Alguns Aspectos da História, Cultura e Economia de Timor Loro Sae. Documento de Trabalho da UILA, n.º 5, Outubro. Almada: ISEIT.
- Timor-Leste, MECJD (2003). Documentação oficial distribuída. Congresso Nacional de Educação. Díli, Outubro.
- Visão, Revista (2002). Suplemento Especial, n.º. 480, de 16 de Maio.